ISSN 2358-8357 • Ano 26 • Número 03

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 1 de março de 2023

CNI
Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Nesta edição:

- ***Câmara aprova MP que prorroga o prazo para pagamentos de operações no âmbito do Pronampe e restabelece o teto da taxa de juros***
- ***Publicada MP que retoma parcialmente a cobrança de tributos sobre gasolina e etanol e cria imposto de exportação sobre o petróleo***
- ***GT da Reforma Tributária apresenta Plano de Trabalho***

Câmara aprova MP que prorroga o prazo para pagamentos de operações no âmbito do Pronampe e restabelece o teto da taxa de juros

Foi aprovado, no Plenário da Câmara dos Deputados, Projeto de Lei de Conversão (PLV) apresentado **à MP 1139/2022 que altera o Pronampe** - programa de crédito voltado para as Micro e Pequenas Empresas, para ampliar o prazo de operações já contratadas e restabelecer o teto da taxa de juros da legislação para novas operações.

O PLV acolheu a Emenda nº 3, proposta pelo Sen. Eduardo Braga (MDB/AM), que busca restabelecer na legislação o teto da taxa de juros (Selic mais 6%) para as novas operações contratadas no âmbito do Pronampe. A emenda é apoiada pela CNI.

Além disso, foi aprovada emenda do relator, Dep. Yury do Paredão (PL/CE), que amplia o prazo de renegociação de débitos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO). **O tema também é prioritário para a indústria**, sendo objeto do PL 2853/2022, de autoria do Dep. Júlio César (PSD/PI).

A matéria segue para apreciação do Senado Federal e tem eficácia até 05/04/2023.

Publicada MP que retoma parcialmente a cobrança de tributos sobre gasolina e etanol e cria imposto de exportação sobre o petróleo

A MP 1163 de 2023, publicada no DOU desta quarta-feira, prevê o retorno parcial da cobrança de PIS/Cofins sobre gasolina e etanol, sendo R$ 0,47 por litro de gasolina e R$ 0,02 por litro de etanol nas operações feitas por produtores e importadores até 30 de junho de 2023.

Outros pontos importantes da medida:

- **instituição de imposto de exportação sobre óleos brutos de petróleo** ou de minerais betuminosos, com alíquota de 9,2% até 30 de junho de 2023.

- **prorrogação da suspensão do pagamento de PIS/Cofins** incidentes sobre as aquisições no mercado interno e **sobre as importações de petróleo efetuadas por refinarias** para a produção de combustíveis, até 31 de dezembro de 2023.
- redução a zero da alíquota da Cide incidente sobre as operações realizadas com gasolina e suas correntes, exceto gasolina de aviação, até 30 de junho de 2023.

A MP receberá emendas até o dia 3 de março.

GT da Reforma Tributária apresenta Plano de Trabalho

O Grupo de Trabalho coordenado pelo Deputado Reginaldo Lopes (PT/MG) **reuniu-se hoje** (01/03) para **apresentar o Plano de Trabalho**. O colegiado é composto por 12 deputados e tem o escopo de **analisar e discutir a Reforma Tributária**, notadamente quanto à PEC 45/2019, que tramita na Câmara dos Deputados.

Foi informado na reunião que o GT iniciará os trabalhos pela **apresentação das propostas de Emenda à Constituição nº 45 e 110, de 2019**, respectivamente, pelo Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB) e pelo ex-Senador Roberto Rocha (PTB/MA), juntamente ao Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, **Bernard Appy**.

Entre 13/03 e 24/04, **serão discutidos os seguintes temas**: diagnóstico do sistema tributário atual; as melhores práticas internacionais de tributação sobre o consumo; e a reforma sob as perspectivas federativa, setorial, distributiva, da economia digital e economia verde, bem como da administração tributária.

O Deputado Aguinaldo Ribeiro, relator do GT e da PEC 45/2019, mencionou a importância de os trabalhos se pautarem nos **princípios da simplicidade, transparência, justiça tributária, segurança jurídica e combate à regressividade**, com o objetivo de garantir o **crescimento econômico e a geração de emprego**. Além disso, comunicou que a discussão está contando com a participação e colaboração do Governo.

Durante a reunião, o **Deputado Newton Cardoso Jr. (MDB/MG)** afirmou que a reforma conta com o apoio natural da Indústria, além de ressaltar a necessidade de simplificação tributária. Solicitou a presença dos Ministros de Estado nas discussões e ressaltou a importância de aproximar os municípios do debate. O **Deputado Mauro Benevides Filho (PDT/CE)**, por sua vez, chamou atenção para a importância do modelo de unificação de impostos de Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) proposto nas medidas legislativas. O **Deputado Jonas Donizette (PSB/SP)** ressaltou em sua fala a necessidade de facilitar a dinamizar os trabalhos do grupo, uma vez que recebem muitos setores. Entendeu como importante **direcionar a discussão para as Confederações como foco representativo**. Complementarmente, o **Deputado Marcelo Queiroz (PP/RJ)** reforçou a importância do Sistema S nos debates.

Entre 1º e 05/05, será realizada uma missão oficial à OCDE, seguido do seminário final do GT na semana de 8 a 12/05. Por fim, a expectativa é que o **relatório dos trabalhos do grupo seja apresentado em 16/05**.

Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:

https://www.legisdata.cni.com.br

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

CNI
Confederação Nacional da Indústri
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA